REVISTA BRASILEIRA DO CARIBE

EDITORIAL

As independências nas Américas

Elizabeth Sousa Abrantes[1]

https://orcid.org/0000-0002-4087-0057

Yuri Givago Alhadef Sampaio Mateus[2]

https://orcid.org/0000-0001-8913-3966

João Paulo Peixoto Costa[3]

https://orcid.org/0000-0001-6767-4104

Os atuais países americanos conquistaram as suas Independências em períodos e modos diferentes, uma vez que as suas colonizações foram marcadas por experiências distintas no bojo do projeto colonial europeu da época Moderna. Essas distintas formações sociais, por outro lado, compartilharam características em comum em seu processo de formação, como o uso de mão de obra escravizada de indígenas, africanos e seus descendentes, uma exploração dos recursos naturais pautada na concentração latifundiária das terras, monoculturas destinadas ao mercado externo, moldando um sistema econômico excludente que suas elites pretendiam perpetuar nos novos países independentes, desconsiderando os anseios de mudanças dos setores subalternos.

As compreensões contemporâneas das historiografias a respeito das sociedades fortemente hierarquizadas, além de étnica e socialmente bastante heterogêneas, redefiniram em muitos sentidos as escritas sobre as emancipações políticas nas Américas oitocentistas. Como afirmamos, os setores subalternos tinham anseios próprios, o que nos parece óbvio em algum sentido. No entanto, as pesquisas históricas nem sempre se deram conta da agência popular, ou mesmo da capacidade de variados grupos sociais em acompanhar os processos de formação dos Estados nacionais e projetar futuros próprios.

1 Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora Associada do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: bethabrantes@yahoo.com.br.

2 Doutor em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professor da Faculdade Laboro (São Luís-MA). E-mail: yuri_alhadef@hotmail.com.

3 Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor do Instituto Federal do Piauí, do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: joao.peixoto@ifpi.edu.br.

Reconhecer a heterogeneidade dessas sociedades e a agência de múltiplos setores que compuseram as independências americanas não implica em desconfigurar a escrita dessas histórias. Não se trata, em primeiro lugar, de desconsiderar o papel das elites dirigentes e seus interesses. Muito pelo contrário: faz-se imperativo perceber que não compunham grupos homogêneos, além de identificar as variadas interações que necessitavam estabelecer para viabilizar projetos próprios. Ou seja, homens brancos e ricos, no alto de seus cargos e patentes militares, não agiram sozinhos. O quadro se amplia quando damos conta que os movimentos empreendidos a partir dos grandes centros político-administrativos não resumem, nem de longe, a miríade de expectativas, de leituras e de ações postas em jogo a partir das regiões, inclusive daquelas mais periféricas.

Em segundo lugar, as vozes das ruas, das matas e das roças gritavam mais alto do que imaginamos. À medida que a historiografia ousa se perguntar sobre esses e essas agentes, mais os arquivos são revirados, trazendo à tona novas fontes, ou novas abordagens sobre as já conhecidas, e colorindo o quadro de transformações que marcaram a formação dos Estados nacionais na América. Negros/as, indígenas, mestiços/as, ciganos/as, escravizados/as e libertos/as, pobres e mulheres em geral: todos/as liam o que se passava, interpretavam as mudanças e projetavam um futuro mais vantajoso para si. Mesmo porque a independência dos novos países atingiria decisivamente suas vidas e suas comunidades.

O dossiê "As Independências nas Américas" apresenta pesquisas sobre os processos de emancipação nas Américas Central e do Sul sob diversas perspectivas, as quais buscam compreender as rupturas e permanências expressas nas lutas que se sucederam para as suas Independências políticas, assim como trazer o protagonismo de sujeitos históricos que ficaram marginalizados.

As primeiras décadas do século XXI são marcadas pelos bicentenários das Independências no continente americano, a exemplo do Brasil, em 2022, na América do Sul. Esse período está sendo marcado também pela emergência de alguns governos autoritários, negacionistas e conservadores, ligados ao campo político da extrema direita, os quais promovem uma "guerra cultural" para seu projeto de poder, utilizando essas efemérides de acordo com seus interesses políticos. Foi o que aconteceu no Brasil, em 2022, último ano do governo Bolsonaro (2019-2022), em que houve uma tentativa de instrumentalizar o 7 de setembro para a projeção da imagem do presidente, ao mesmo tempo em que procurou reforçar o mito de D. Pedro I como "herói nacional", ao trazer de Portugal, embalsamado, o coração desse monarca, para uma exposição no Palácio do Itamaraty, intitulada "Um coração ardoroso: vida e legado de D. Pedro I".

O que ficou de fora no Brasil em 2022, tendendo a ocorrer o mesmo em qualquer sistema autoritário que comemora suas efemérides, foram os incentivos públicos à ciên-

cia, às universidades e a políticas de memória mais democráticas, inclusivas e que tenham a coragem de rever ou desconstruir o altar de figuras tradicionalmente consagradas. Portanto, não era interesse do governo Bolsonaro, ou de quaisquer outros similares, ressoar interpretações que destacassem o protagonismo dos grupos subalternizados, seus projetos próprios e os processos de exclusão e opressão que fundamentaram a formação do Estado. Ou seja, ignorando as leituras dos movimentos sociais e das pesquisas acadêmicas, que dão ênfase às independências que ainda não aconteceram, a extrema-direita prefere a ilusão nacionalista e hipócrita de sociedades harmônicas construídas sobre a ordem.

Nada é mais enganoso, a começar pela formatação jurídica dos novos Estados americanos, decorrentes dos processos de Independência, que passaram a ser legislados por Constituições próprias e com autonomia política. Mas, diante disso, as análises dos desdobramentos desses eventos se tornam complexas perante à dimensão continental que se configura essas Américas. Os homens que estiveram à frente dos processos de Independências políticas na América estavam embasados nas ideias liberais para fundamentar as suas ações. Sob este ideário, levantaram pautas diversas como liberdade, igualdade jurídica, direito à propriedade, o fim da escravidão, mas, embora as Independências políticas tenham sido realizadas, elas esbarraram nos limites que não chegaram a romper com todos os grilhões coloniais. Cabe destacar que mesmo sendo liderados pelas elites coloniais, nos movimentos de Independências participaram diversos "grupos sociais como indígenas, mulheres, escravos, pensadores, escritores, religiosos, funcionários públicos, membros das forças militares, cujas decisivas intervenções somente muito recentemente têm sido valorizadas e interpretadas pelos historiadores" (Sebrian, 2012, p. 35).

O propósito nessas lutas pela Independência era a soberania política. "Era a libertação mais do que a construção de uma nova liberdade, a construção de uma nova liberdade é algo que ainda está em processo. É algo que só se poderia mesmo pensar depois". Algumas pautas foram postas durante a formação e consolidação desses novos Estados, dentre estas era preciso definir quem seria e quem não seria um cidadão, e em cada Estado teve um percurso distinto. "Uns mais flexíveis, liberais, para usar a linguagem da época, e outros mais conservadores, ou seja, querendo manter os antigos privilégios que existiam naquelas velhas sociedades e que foram mesmo mantidos em muitos lugares" (Pamplona, 2009, p. 8).

Muito por conta desses dilemas é que os caminhos percorridos pelos grupos subalternizados foram tão heterogêneos. Ou seja, se o discurso liberal com condições históricas de aplicação nas Américas passava ao largo da igualdade de todas as pessoas – como projetado por alguns autores da Europa –, em terras americanas seria recebido de formas insurgentes. Também lidavam com um liberalismo que construía definições excludentes para os conceitos de *cidadania* e *igualdade*, quando eliminava antigas particularidades

étnicas ou prerrogativas que remetiam ao Antigo Regime (Almeida, 2007; Ohmstede, Contreras e Bustos, 2022).

Para uns, as ideias liberais deveriam necessariamente corresponder à expansão dos direitos dos cidadãos a todos os grupos étnicos e sociais, a partir de uma leitura não necessariamente jacobina, mas tradicional dentro de universos populares. Mas, também era comum o alinhamento às causas das Coroas ibéricas, tendo em vista o longo e tradicional histórico de relações recíprocas com as monarquias. Dentre os variados caminhos de leitura possíveis para os grupos subalternizados à época das independências, apegar-se ao legado das antigas sociedades corporativas poderia garantir mais direitos e proteções (Almeida, 2007; Echeverri, 2016; Ohmstede, Contreras e Bustos, 2022).

A ampliação do olhar historiográfico para os processos de Independência, levando em conta suas inúmeras complexidades, só é possível por meio de esforços de fugir dos lugares comuns. Isso vale tanto para os indivíduos e setores sociais analisados quanto para as dinâmicas regionais e locais, como já expusemos aqui. Mas tudo isso só é possível por meio de desenvolvimentos de novas metodologias de aproximação e compreensão dos arquivos e das fontes disponíveis. Poucas referências conhecidas a determinados eventos ou manifestações na documentação não correspondem, necessariamente, ao não ocorrido. Antes, podem indicar as condições de produção dos registros, o poder político e econômico de quem as produzia, ou simplesmente os caminhos ainda pouco percorridos pelas pesquisas. Quando o escopo metodológico é ampliado, indo para bem além das fontes institucionais, novas perguntas, personagens e problemáticas emergem e complexificam nossa compreensão dos processos de Independência.

Este dossiê pretende dialogar com todas essas possibilidades de renovação historiográfica. Para isso, apresenta sete artigos que tratam de processos de Independência na América Central (Haiti) e na América do Sul (Brasil e Paraguai), uma resenha e uma entrevista com o historiador João Paulo Garrido Pimenta, especialista na Independência do Brasil.

O artigo que abre o dossiê, intitulado *Revolução, Independência e Abolição: o caso haitiano (1791-1804)*, sob autoria de Felipe Riccio Schiefler, trata da Revolução Haitiana (1791-1804) a partir de três aspectos: "seu papel no quadro das grandes revoluções que, ao longo dos séculos XVII e XVIII, modificaram as bases da cidadania; o impacto do movimento para as Independências americanas e para o abolicionismo; e, por último, suas relações com o Brasil escravista que, a despeito do itinerário distinto da Independência e do processo de abolição, sofreu fortes impactos advindas do movimento haitiano".

O artigo *A Revolução do Porto na província do Maranhão: reflexões a partir da leitura de folhetos políticos*, de Lucas Gomes Carvalho Pinto, aborda os impactos da Revolução do Porto, ocorrida em Portugal em 1820, na Província do Maranhão a partir das expectativas e

disputas políticas geradas pela adesão dessa província nortista ao movimento vintista, em 1821. O autor aborda a situação econômica e política em que a província maranhense se encontrava quando aderiu ao movimento do Porto, e parte da premissa de que "a Revolução do Porto não está vinculada a Independência brasileira, mas o novo ambiente por ela proporcionado no Maranhão gerou um novo contexto sócio-político, consequência direta de suas ideias e que apenas no futuro será confrontada com a ideia de Independência".

No artigo *Entre "liberais" e "déspotas": as revoluções liberais europeias nos periódicos do Brasil de 1821*, do pesquisador Arthur Reis, o objetivo é analisar "como os movimentos liberais europeus foram abordados pelos periódicos do Brasil entre 1821 e a chegada da notícia do Fico nas províncias brasileiras, o que ocorreu em 1822", com destaque para "os discursos políticos que permearam o debate político dentro desse recorte". Segundo o autor, os "periodistas criaram uma identidade liberal para mobilizar o público em defesa de seus interesses, com base no compartilhamento de experiências entre os dois lados do Atlântico. Essa identidade foi marcada pela polarização entre 'liberais' e 'déspotas', estimulada em 1821 em defesa do movimento político constitucionalista em Portugal".

O artigo *Nacionalização da Independência: notas sobre o caso de Pernambuco (1817-1831)*, de Ivan Soares dos Santos Júnior, "discorre sobre o contexto de Pernambuco na Independência do Brasil, entendendo-a como um processo de longa duração, iniciado em 1817 e consolidado em 1831". A abordagem apresenta as "disputas políticas, contendas na imprensa, personagens da cena política envolvidos no tráfico de escravos e motins de povo e tropa".

O artigo "*A Liberdade dos naturais desta província": aspectos sobre a mobilidade espacial e o trabalho indígena na fronteira platina de princípios do século XIX*, de Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo, apresenta projetos de defesa e expansão de fronteiras que foram elaborados por agentes do governo e por particulares, nos limites entre o Vice-reino do Brasil e províncias platinas, durante os primeiros anos do século XIX. Mostra como as distintas "autoridades afiançaram e discordaram de planos nos quais uma das principais questões em jogo era a reorganização política de espaços limítrofes, estreitamente vinculada à necessidade de definir aspectos sobre a liberdade dos guaranis e o destino das suas terras e bens". E como em "meio aos debates e às práticas de recrutamento figuraram testemunhos sobre a inaptidão de indígenas para o trabalho, mesmo quando a realização de expedições militares dependia dos seus conhecimentos sobre o território e o manejo de rebanhos vacuns e cavalares".

O artigo *As Américas do general: um estudo da construção de uma memória histórica por José Ignacio de Abreu e Lima na missiva para José Antônio Páez, 1868*, sob a autoria de Paulo Montini e Diogo Arruda Carneiro da Cunha, analisa como o general Abreu e Lima

"construiu um projeto de memória reconstituindo sua trajetória em três momentos sucessivos: (i) durante as guerras de independência latino-americanas entre os anos 1820 e 1830; (ii) durante o período regencial, quando se instalou no Rio de Janeiro após uma passagem pela Filadélfia; e enfim (iii) no Recife, nos anos 1840, período de efervescência político-partidária que culminou na Insurreição Praieira". A fonte utilizada na pesquisa é uma "carta de José Ignacio de Abreu e Lima (1794-1869) ao venezuelano José António Páez (1790-1873), publicada em O Novo Mundo, periódico mensal lançado nos Estados Unidos por José Carlos Rodrigues (1844-1923) em abril de 1873". Segundo o autor, "Abreu e Lima construiu o seu percurso memorialístico assumindo de forma consciente a sua biografia como a de um fiel bolivarista, historicizando seus próprios passos e fazendo projeções àquilo que em sua leitura se delineava no horizonte político do país e, no fim, para si mesmo".

A resenha intitulada *As várias Independências: resenha do livro A Independência do Brasil: temas de pesquisa e ensino de história*, feita por Luísa Cutrim, analisa a coletânea A Independência do Brasil: temas de pesquisa e ensino de história, sob a organização das pesquisadoras Kelly Eleutério Oliveira e Renata Silva Fernandes, publicada em 2022 pela editora Traço Fino. Essa coletânea foi produzida no contexto de comemorações do Bicentenário da Independência, com o objetivo de "apresentar quadros gerais sobre algumas temáticas discutidas pela historiografia nas últimas décadas em relação aos processos de Independência do Brasil e de construção do Estado Nacional no século XIX". A coletânea traz como destaque nos capítulos a "integração dessa historiografia acadêmica com um público mais amplo, principalmente com os docentes de ensino básico".

O dossiê encerra com a entrevista concedida pelo historiador João Paulo Garrido Pimenta, professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP), autor de artigos, livros e capítulos de livros sobre o processo de Independência e formação do Estado Nacional brasileiro. Nesta entrevista reflete sobre as mudanças nas interpretações historiográficas da Independência do Brasil, ocorridas nas últimas décadas; as comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil, com suas apropriações e disputas de narrativas em um contexto marcado conservadorismo e negacionismo; o ensino de história em relação ao tema da Independência política do Brasil e sobre as novas abordagens do processo de Independência que priorizam o protagonismo dos setores considerados subalternos da sociedade, entre outros aspectos.

Com este dossiê, a Revista Brasileira do Caribe, do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS-UFMA), também contribui para a pesquisa e divulgação dos estudos sobre a Independência no contexto do Bicentenário dos diversos processos de Independência nas Américas, com destaque para os duzentos anos da Independência do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Comunidades indígenas e Estado nacional: histórias, memórias e identidades em construção (Rio de Janeiro e México - séculos XVIII e XIX). In: ABREU, Marta; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Org.). **Cultura política e leituras do passado:** historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ECHEVERRI, Marcela. **Indian and slave royalists in the age of revolution:** reform, revolution and royalism in the Northern Andes, 1780-1825. New York: Cambridge University Press, 2016.

OHMSTEDE, Antonio Escobar; CONTRERAS, Zulema Trejo; BUSTOS, José Marcos Medina. Dialoguemos sobre o liberalismo do século XIX no México. In: MOREIRA, Vânia Maria Losada; DANTAS, Mariana Albuquerque; COSTA, João Paulo Peixoto; MELO, Karina Moreira Ribeiro da Silva; OLIVEIRA, Tatiana Gonçalves de (Org.). **Povos indígenas, independência e muitas histórias:** repensando o Brasil no século XIX. Curitiba: CRV, 2022.

PAMPLONA, Marco Antonio. Bicentenário das independências hispano-americanas: o que comemorar? Entrevista realizada por Adélia Maria Koff. **Revista Nuevamerica:** La Revista de la Pátria Grande. Rio de Janeiro, n. 123, 2009. Disponível em: http://www.novamerica.org.br/ong/wp-content/uploads/2019/07/0123.pdf.

SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti. **História das Américas:** das independências aos desafios do limiar do século XXI. Paraná: UNICENTRO, 2012. Disponível em: http://repositorio.unicentro.br.